

Biblioteca Comunitária Maria Augusta Barbosa Fonseca (BC-MABF):

Uma agência de letramento literário em Itaberaí (GO)

Dheborá Cézar da Silva
Cesar Augusto de Oliveira Casella

Resumo: Este trabalho reflete, a partir da concepção de letramento literário de Rildo Cosson (2009), sobre a Biblioteca Comunitária Maria Augusta Barbosa Fonseca (BC-MABF) como uma agência de letramento. Busca-se compreender como esta instituição de Itaberaí (GO), privada e gratuita, sem apoio do poder público, colabora para o letramento literário e a democratização do acesso ao livro, relatando-se o seu processo de fomento à leitura. No trajeto de pesquisa, foi necessário um frequente procedimento de visita, acompanhamento, observação e análise dos ambientes de interesse que, além da BC-MABF, incluiu outras bibliotecas e outros espaços de leitura da cidade. Fazem parte do referencial teórico, sobre a temática que envolve a leitura, a literatura e o letramento, obras de Magda Soares (2014), Brian Street (2014), Michèle Petit (2019) e Antonio Candido (2011). Verificou-se, ao longo da pesquisa, como o espaço da BC-MABF é frequentado e qual a demanda que o mantém ativo, no quadro de outras bibliotecas da cidade, a biblioteca municipal e as escolares.

Palavras-chave: Letramento. Letramento literário. Incentivo à leitura.

Abstract: Based on Rildo Cosson's (2009) conception of literary literacy, this work discusses and reflects on the Maria Augusta Barbosa Fonseca Community Library (BC-MABF, in Portuguese) as a literacy agency. The search is to understand how this institution from Itaberaí (GO), private and free of charge, without assistance from the government, supports literary literacy and the democratization of access to books, reporting its process of promoting reading. During the research journey, it was necessary to frequently visit, monitor, observe and analyze the areas of interest that, in addition to the BC-MABF, included other libraries and other reading spaces in the city. Helping to reflect on reading, literature and literacy, the works of Magda Soares (2014), Brian Street (2014), Michèle Petit (2019) and Antonio Candido (2011) are part of the theoretical framework. It was verified, throughout the research, how the BC-MABF space is frequented and which demand keeps it active, in the context of other libraries in the city, the municipal library and the school libraries.

Keywords: Literacy. Literary literacy. Reading incentive.

INTRODUÇÃO

É notório que os índices quantitativos de leitura são baixos no Brasil. Utilizando-se os dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, vê-se que o brasileiro lê, por ano, 5,0 livros, sendo que 2,5 são lidos integralmente e 2,4 lidos parcialmente (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020). A pesquisa foi feita entre os meses de outubro de 2019 e janeiro de 2020, contando com 8.076 entrevistas realizadas em 208 municípios brasileiros. A metodologia do Instituto Pró-Livro considera “leitor” aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses anteriores à pesquisa, e como “não leitor” aquele que não leu nenhum livro nos últimos três meses, mesmo tendo lido algum no período de doze meses anteriores à pesquisa. Vale ressaltar que os dados são anteriores à crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19.

Grosso modo, os índices mostram que nos últimos quatro anos, o Brasil perdeu mais de 4,6 milhões de leitores, caindo de 56% em 2015 para 52% em 2019. De forma mais significativa, caiu de 82% (2015) para 68% (2019) entre pessoas com ensino superior (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020). As hipóteses para estes índices baixos e para a diminuição continuada de leitores são variadas: a educação precária, a histórica negação de direitos, falta de incentivos, a ausência de políticas públicas efetivas, o estereótipo de que o livro é um artigo de luxo etc.

De todo modo, seja por que lado se aborde o problema, ele é configurado historicamente pela formação colonial do Brasil. Passa pela emergência e pela hegemonia do audiovisual. E tem uma dimensão atual, se o foco for a leitura de literatura, pois esta “não desempenha mais o papel de mediar a socialização”, já que “vem desaparecendo dos jornais” e “da esfera pública”, não sendo mais referência para discussão e citações, tendo se retirado também “da vida familiar” e da “esfera amorosa” (DURÃO, 2020, p. 16). Esta crise da literatura, acerca de sua existência e de sua função na sociedade, atinge fortemente o âmbito do ensino.

Diante deste quadro, o objetivo foi o de investigar e relatar o que ocorre nas potenciais agências de letramento literário da cidade de Itaberaí (GO), centrando-se na

experiência da Biblioteca Comunitária Maria Augusta Barbosa Fonseca (BC-MABF), e refletindo se e como esses espaços colaboram, mesmo que subsidiariamente, para a formação leitora e a estruturação da comunidade leitora, contribuindo também para a formação escolar dos indivíduos e de sua “cidadania literária” (LAJOLO, 2018).

Para tal investigação, constitui-se um referencial teórico que parte de *Letramento literário: teoria e prática* de Rildo Cosson (2009), o qual aporta justamente a noção de letramento literário que é central neste estudo. Para compreender melhor as práticas de leitura – as de escritas são deixadas de lado pelo recorte utilizado – como letramento, utilizam-se os trabalhos teóricos de Magda Soares (2014) e de Brian Street (2014). Para pensar a leitura de literatura mais amplamente – em uma chave sociológica – utilizam-se as reflexões de Antonio Candido (1989; 1995) e de Michèle Petit (2019).

Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso em que os ambientes em estudo foram observados através de visitação e de anotações em diário de pesquisa. A Biblioteca Comunitária Maria Augusta Barbosa Fonseca (BC-MABF) recebe mais ênfase pela familiaridade e pela aderência na observação. Assim, ela será descrita mais detalhadamente e será o ponto articulador das reflexões deste trabalho. Além dela, investigou-se a Biblioteca Municipal Eva Vieira de Almeida, que teve seu prédio próprio demolido e que não foi realocada em local adequado, e levou-se em conta a (in)existência de outras bibliotecas e espaços de leitura na cidade, a partir das visitas realizadas em muitas unidades escolares do município, tanto públicas quanto privadas, proporcionadas pela participação no projeto *Praticando a Democratização do Acesso ao Livro*.

O LETRAMENTO LITERÁRIO

O livro de Rildo Cosson (2009), como o próprio autor registra, não foi pensado para os especialistas, mas sim para os professores e demais indivíduos que se interessam pelo tema, e por isso tem uma linguagem prática e direta, visando à aplicação no letramento literário. Cosson (2009) assinala, ainda, que seu trabalho contou com a colaboração de inúmeros alunos, professores e amigos ao longo de muitos anos de estudos e pesquisas.

Na introdução, Rildo Cosson (2009) usa *A fábula do imperador chinês* para apresentar os

problemas enfrentados hoje pelo ensino de literatura: a arrogância, a indiferença e a ignorância – as inimigas da literatura – as quais, por vezes, fazem com que seu ensino seja visto como complemento da disciplina de língua portuguesa, sem nenhuma função ou benefício aparente que compense o esforço de leitura; assim como a falta de interesse na busca de informações e conhecimentos básicos para que se introduza a literatura na vida cotidiana.

A escolha da denominação “letramento literário” para a proposta teórica de Rildo Cosson (2009, p. 11), assinala a “sua inserção em uma concepção maior de uso da escrita, uma concepção que fosse além das práticas escolares usuais”. Assim, a concepção de letramento literário está alinhada ao ideário de Magda Soares (2014, p. 18), que, dentre outras coisas, compreende que um indivíduo, mesmo que não seja alfabetizado, está envolvido, em maior ou menor grau, no letramento, entendido como “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”.

Desta maneira, Rildo Cosson (2009) aponta que o letramento trata da apropriação da escrita e da leitura e das práticas sociais que estão a elas relacionadas, ocorrendo de diversas formas e em diversos níveis, de acordo com as diferentes situações vivenciadas pelo indivíduo e pela sociedade. O letramento literário, dentro desta perspectiva, “possui uma configuração especial”, que advém da “própria condição de existência da escrita literária” e faz com que o seu processo abarque “não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também, e sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio” (COSSON, 2009, p. 12).

A proposta teórica de Rildo Cosson (2009) é importante, então, porque visa garantir, através da literatura, o domínio efetivo da leitura e da escrita, bem como o de seu uso social, dentro e fora da escola, o que proporciona ao indivíduo uma leitura de si, do outro e do mundo. Isto leva à noção de que a literatura deve cumprir um papel humanizador, pela qual Cosson (2009) defende que a conexão do ser humano com o mundo é feita através da linguagem, mais precisamente através da palavra escrita, expressa em literatura.

Argumentativamente, mesmo que em quadros teóricos bastante distintos, Rildo

Cosson (2009), Antonio Candido (2011) e Michèle Petit (2019) estão irmanados no que tange à importância e à função da literatura na sociedade, formando um referencial teórico que auxilia na reflexão acerca do papel e das possibilidades de uma biblioteca, seja pública ou comunitária, na formação de uma comunidade leitora.

Para o crítico literário Antonio Candido a literatura configura um dos direitos humanos. Em seu ensaio *O direito à literatura*, ele faz uma introdução aos direitos humanos e acrescenta a isso o direito à literatura. Para Candido (2011) é possível separar os bens em dois tipos: a) bens compressíveis e não essenciais como cosméticos e outros itens supérfluos e b) bens incompressíveis e essenciais à vida humana como alimento, moradia e também a literatura.

Antonio Candido (2011) traça um percurso para compreendermos como a literatura pode e deve estar inserida na categoria de direitos humanos, como um bem incompressível. A literatura é vista “da maneira mais ampla possível”, em “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações” (CANDIDO, 2011, p. 176).

Deste modo, a literatura é vista como universal, pois todos se conectam de alguma forma com a fabulação pois, assim como existe o sonho ao dormir, a fabulação existe em maior ou menor grau na vida de todos os seres humanos. Portanto, a literatura é um direito, pois corresponde “a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito” (CANDIDO, 2011, p. 177).

Além de parte dos direitos humanos, a literatura é pensada em seu papel humanizador:

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: 1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; 2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; 3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CANDIDO, 2011, pp. 178-179)

Se a literatura é um direito e é humanizadora, ela deve estar presente na escola.

Entretanto, Rildo Cosson (2009) alerta para a hipervalorização da literatura escolarizada, que faz da literatura uma forma de promoção mecanizada do conhecimento, causando danos a ela, uma vez que ela é desassociada de sua essência, de seu papel, de suas três faces. É preciso pensar suas três faces em consonância para que haja, de fato, processos de humanização e enriquecimento a partir do letramento literário.

A excessiva didatização e/ou pedagogização da linguagem não ocorre somente com a leitura de literatura, acontece mesmo com as práticas de leitura e escrita. Tratando da “escolarização do letramento”, isto é, da objetificação da linguagem para fins didáticos na escola, Brian Street (2014, p. 126) reflete acerca do encaixe de práticas letradas em outras instituições sociais – igreja, família etc. – que não a escola, vendo-os como letramentos comunitários, em que há a “associação das práticas letradas com identidade, autoridade e conceitos de conhecimento que não são necessariamente os do letramento escolar”.

Neste sentido, Brian Street (2014, p. 127) assinala que “o letramento, portanto, não precisa ser associado com escolarização ou com pedagogia” e que a investigação sobre o tema necessita “começar de uma concepção mais comparativa, mais etnograficamente fundamentada de letramento como as práticas *sociais* de leitura e escrita e evitar juízos de valor acerca da suposta superioridade do letramento escolarizado com relação a outros letramentos”.

Acrescentam-se as reflexões de Michèle Petit (2019) na discussão, as quais permitem pensar a literatura como uma forma de expressão que manifesta emoções e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos, ou seja, uma mirada sobre a apropriação pessoal da leitura de literatura para fazer uma leitura subjetiva de mundo. De acordo com a estudiosa francesa, “a leitura parece basear-se em uma necessidade existencial, uma exigência vital” (PETIT, 2019, p. 42). Neste sentido, ela ressalta e exemplifica que, em alguns lugares, para além de sua escolarização formal, a literatura é acrescentada aos currículos:

Universidades de excelência entenderam a importância da literatura e da arte, construindo programas de “humanidades médicas”. Já faz trinta anos que a universidade norte-americana Johns Hopkins, muito renomada por seu ensino da medicina, edita a revista *Literature and Medicine* [Literatura e Medicina] para explorar as conexões entre a compreensão literária e o conhecimento e a prática

Para finalizar este breve diálogo entre os pressupostos de diferentes autores sobre a literatura, o seu papel humanizador e o seu ensino, retorna-se a Rildo Cosson (2009) que, ao longo dos anos, ouviu muitos questionamentos e relatos de experiência acerca da literatura escolarizada. Em síntese, neste quesito, cristalizou-se no Brasil um duplo pressuposto para o ensino da disciplina: o uso funcional da literatura para ensinar a ler e a escrever; o ideal de que a literatura forma culturalmente o indivíduo.

A ideia de extrair conhecimentos – gramaticais, morais etc. – da literatura tem suas origens enraizadas na Grécia Antiga, onde as tragédias e o teatro fomentavam o princípio básico da formação moral e social do povo grego. Perpetuou-se a imagem de que o indivíduo que fazia parte da elite letrada era detentor do saber e da cultura. O curso mesmo de formação de professores de língua portuguesa, Brasil afora, continua a se chamar “Letras”, retomando por tabela – e em uma ilusão nefasta para o ensino-aprendizagem e para o letramento – o ideário elitista das Belas Letras, da erudição e da alta cultura.

Por anos a fio, a disciplina de literatura se mantém nas grades escolares pautada nos pressupostos mencionados anteriormente. A crítica de Rildo Cosson (2009) foca no fato de que ocorre uma tentativa de garantir a formação do leitor, no Ensino Fundamental, e ocorre a tentativa de integração desse suposto leitor à cultura literária brasileira, no Ensino Médio, de forma assistemática e completamente absorta da noção de letramento literário. Ocorre, então, um ensino baseado em “um conceito de Letramento reduzido, determinado pela escola, muitas vezes distante das habilidades e práticas de letramento que realmente ocorrem fora do contexto escolar – um *letramento escolar*” (SOARES, 2014, p. 85, grifo do original).

Enfim, fica patente que as práticas de leitura de literatura – assim como as práticas de leitura e escrita – existem fora do contexto escolar e que são importantes, o que leva a pensar as agências de letramento, em que ocorre o letramento, e o letramento literário fora do âmbito escolar. Nestes outros espaços, com suas próprias práticas sociais, há a possibilidade de rompimento da hegemonia da literatura escolarizada e com o letramento escolar, formando uma comunidade leitora capaz de compreender o mundo e as relações

sociais que os circundam a partir de uma subjetividade outra.

Outras agências de letramento trazem eventos de letramento, compreendidos como “qualquer ocasião em que um fragmento de escrita integra a natureza das interações dos participantes e seus processos interpretativos” (HEATH, 1982, p. 93 *apud* STREET, 2014, p. 173), sendo que estes eventos de letramento não são didatizados e pedagogizados.

Compreende-se uma agência de letramento, em sentido lato, como qualquer instituição própria de uma sociedade grafocêntrica, globalizada e tecnológica, em que ocorram eventos de letramento, independentemente do gênero textual e do tipo de prática de leitura e escrita realizada. Assim, se a escola é a principal agência de letramento, não é a única, compartilhando espaço com as bibliotecas, com as igrejas, com as famílias, entre outras instituições.

ESPAÇOS DE LEITURA EM ITABERAÍ (GO)

A Biblioteca Municipal Eva Vieira de Almeida foi fundada, ao que tudo indica, em 1971, e se fixou em um prédio próximo à maior Igreja Católica da cidade, ao lado do Colégio Benedito Pinheiro de Abreu – atual Colégio Militar. O local contava com dois ambientes, um para o armazenamento dos livros, com espaço de leitura e de estudos, composto por estantes, mesas e cadeiras. O outro ambiente era composto de computadores para as pesquisas de trabalhos escolares do público que frequentava o local. Em 2013, com a justificativa de alavancar o desenvolvimento econômico do município, demoliu-se o prédio da biblioteca para a construção de um espaço de eventos, o qual atenderia demandas econômicas e culturais, com a promoção de eventos em geral, shows de grande porte e uma feira de pequenos produtores rurais. O Espaço Municipal de Eventos Dorival José da Silva (Feira Coberta) foi inaugurado ainda no ano de 2013.

Depois da demolição do antigo prédio e mediante a falta de planejamento dos órgãos municipais, o acervo da Biblioteca Municipal Eva Vieira de Almeida foi realocado três vezes para outros prédios, ocupando salas não equipadas ou apropriadas e, por isso, grande parte dos livros se deteriorou ou foi doada. No momento, o que resta do acervo encontra-se em um

espaço municipal ao lado da Secretaria de Assistência Social, e cabe em pequenas prateleiras escoradas na parede. O quadro de servidores é composto por seis funcionárias, que não possuem formação em biblioteconomia. Os livros são bem antigos e uma das funcionárias afirma se tratar de uma biblioteca “tradicional” com títulos de Machado de Assis, José de Alencar, dentre outros autores canônicos da literatura brasileira, e enciclopédias que, por sinal, são menos utilizadas depois da emergência dos recursos tecnológicos.

Vale ressaltar que o município não possui nenhum tipo de plataforma que forneça acesso a livros literários digitais, os *e-books*. Não há rubrica para despesas com a aquisição de novos livros, dependendo da boa vontade do público o acréscimo do acervo, a partir de doações para a Biblioteca Municipal Eva Vieira de Almeida. Assim, os eventos de letramento têm de se adequar ao material disponível. Entretanto, para além disto, as práticas de letramento literário dependeriam de uma articulação entre a esfera pública, a privada e a comunidade, o que não existe no momento.

Atualmente, a biblioteca municipal está filiada à Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente, mas fazia parte da Secretaria de Educação até 2020. Mesmo diante de solicitação de outras informações, pautada na lei da transparência, não houve acesso a documentos oficiais que amparassem a pesquisa. De tal maneira que, em um quadro sintético, poderia se descrever a biblioteca pública como pouco equipada, pequena, escura, sem apoio financeiro e sem divulgação de sua existência.

As visitas realizadas às bibliotecas escolares de Itaberaí (GO), públicas e privadas, derivadas do projeto *Praticando a Democratização do Acesso ao Livro*, mostram, na maioria dos casos, que o espaço onde deveria estar a biblioteca se tornou uma sala de depósito de livros e de outros objetos das instituições, aparentemente não havendo maiores preocupações com o acervo, nem por parte da escola, nem por parte do poder municipal ou estadual. Nas visitas, houve conversas informais com funcionários e representantes legais.

A situação encontrada no município de Itaberaí (GO) talvez não difira muito do que se vê em outros lugares do Brasil, principalmente os interioranos, uma vez que é notória a negligência governamental quanto à democratização do acesso ao livro. Em relação aos marcos legais, em Itaberaí (GO) não há nenhum projeto ativo de incentivo à literatura em

pauta na pasta da Cultura. Em âmbito nacional, logram-se iniciativas que parecem não conseguir atingir todo o território brasileiro, tais como a Portaria Interministerial n. 1442, de 2006, que instituiu o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), que busca assegurar o acesso ao livro e fomentar a sua cadeia produtiva, ou a Lei 13.696, de 2018, que institucionalizou a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE).

Dentro das iniciativas da chamada sociedade civil organizada, cabe citar a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), um agente importante na luta pela regulamentação e pela implementação de projetos de lei que visam abranger todo o território nacional. Recentemente fundada no Brasil, a RNBC surgiu em 2015 e atua com vistas à democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas, articulando uma rede de bibliotecas comunitárias, e se relacionando com as bibliotecas escolares, as municipais e as livres.

A iniciativa de estruturação de uma rede de bibliotecas parte do *Programa Prazer em Ler*, criado pelo Instituto C&A e datado de 2006, e soma 115 bibliotecas em 11 Redes Locais, nos estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS, 2020). Nos gráficos e mapas de atividades divulgados pela RNBC, há ocorrências de ações no estado de Goiás, mas sem que o Estado faça parte da rede.

A RNBC atribui a si mesma a missão de “contribuir para que as bibliotecas comunitárias sejam locais de referência na garantia do direito à leitura, na disseminação do conhecimento e da cultura, tornando-as reconhecidas pela sociedade civil e poder público como espaços de desenvolvimento humano” (REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS, 2020). Isto porque ela parte da compreensão da leitura como um direito humano e destaca a importância da biblioteca comunitária como espaço privilegiado de garantia desse direito, concluindo que esses dois aspectos “são a base do trabalho de formação de leitores e de incidência política das redes de bibliotecas comunitárias” (REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS, 2020). Fica, portanto, evidente a filiação da rede à visão de que a literatura e a leitura, mais amplamente, são parte dos direitos humanos.

Segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, entre as 5.293 bibliotecas públicas no Brasil, apenas 498 são da região Centro-Oeste. O Estado de Goiás conta com 243 bibliotecas públicas em seus 246 municípios (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, s/d). Para classificar o tipo de biblioteca, é necessário compreender suas funções e os serviços prestados à comunidade que atende, tanto quanto o seu vínculo institucional. Dessa forma, entende-se que uma biblioteca pública:

Tem por objetivo atender por meio de seus acervos e seus serviços os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com deficiência [...]. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2022)

Além disto, uma biblioteca pública “é considerada equipamento cultural e, portanto, está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC)”, sendo “criada e mantida pelo Estado” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2022), ao nível municipal, estadual ou federal. Por seu turno, a Biblioteca Comunitária é definida como o “espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro. É criada e mantida pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2022).

Estas breves informações são suficientes para compreender que a fundação e a articulação de bibliotecas é também um campo político. Nessa perspectiva, cabe ressaltar a importância social das bibliotecas – públicas e comunitárias – como agências de letramento, proporcionando eventos de letramento singulares e práticas de letramento referenciadas pela comunidade.

A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA MARIA AUGUSTA BARBOSA FONSECA

Em 9 de junho de 2015, por iniciativa familiar, o médico pediatra Ferdinando Fonseca fundou a Biblioteca Comunitária Maria Augusta Barbosa Fonseca (BC-MABF), em Itaberaí (GO), atualmente situada em região periférica da cidade, entendendo-se periferia como uma localidade situada longe do centro urbano e econômico. O nome é uma homenagem à mãe do médico, Maria Augusta, que foi educadora e leitora assídua, o que gerou uma grande influência na construção da biblioteca. A BC-MABF é, portanto, uma iniciativa familiar,

privada e sem fins lucrativos, em que os organizadores dispõem o espaço e o acervo para a comunidade, sobretudo para o público infantil em fase escolar.

Para o seu funcionamento, a BC-MABF conta com uma funcionária, graduanda em biblioteconomia, com o apoio voluntário de uma representante da família e, ainda, com outro familiar que se responsabiliza pelo perfil de Instagram da biblioteca – o qual tem 2.136 seguidores – sendo esse o maior e mais eficaz meio de divulgação, incentivo e interação entre o espaço e a comunidade. O acesso ao acervo da biblioteca é gratuito e este conta com mais de 05 (cinco) mil exemplares diversificados, plurais e constantemente atualizados, refletindo as preferências e gostos literários da administração, em consonância com a comunidade.

A biblioteca recebe, ainda, doações de livros de todos os tipos, sobretudo obras literárias, sendo que o empréstimo dos livros acontece na própria biblioteca, mediante cadastro e com o prazo de 15 (quinze) dias para devolução, sem nenhuma taxa de cobrança por atrasos ou pela devolução de livros em má condição. O espaço é destinado para que os alunos e demais interessados tenham a oportunidade de complementar os seus estudos e pesquisas, bem como fortalecer o convívio social. E, como o grande enfoque da BC-MABF é o estímulo à leitura das crianças, há um espaço infantil de socialização com mesas, cadeiras e materiais de desenho e pintura.

A biblioteconomista organiza o acervo de livros no computador, através do bloco de notas, registrando, carimbando e incluindo cada nova aquisição e doação, cadastrando cada novo usuário, cada empréstimo e devolução. Ao todo são 265 cadastrados, a maioria do gênero feminino, entre 8 e 17 anos, vindos de bairros afastados do centro da cidade, com condições socioeconômicas diversas. A BC-MABF recebe, aproximadamente, entre 3 e 4 visitas por dia, sendo cerca de 20 novos cadastrados mensalmente, que levam entre 1 e 3 livros por vez.

Os livros mais procurados, os que mais são emprestados, são as trilogias, as sagas e os que foram adaptados para o cinema e/ou as plataformas de *streaming*, como a coleção de *Harry Potter* e *Heartstopper*. O gênero romance também é bastante buscado. E, sempre que se pergunta por um título que não existe no acervo da BC-MABF, a administração o inclui na sua lista de próximas aquisições.

A maioria dos cadastrados está em fase escolar. Estudantes de – pelo menos – quatro grandes escolas da cidade frequentam a Biblioteca, sendo três municipais e uma estadual. Portanto, grande parte dos projetos desenvolvidos são pensados para esse público, visando alcançar também seus familiares, a exemplo dos projetos do quadro a seguir.

Quadro 1: Projetos da BC-MABF

Projeto	Descrição
Caixa Literária (2020)	Em parceria com o comércio local, consistiu em deixar uma caixa e um <i>banner</i> da BC nos estabelecimentos. Os clientes poderiam pegar livros ou doá-los, durante o prazo de 20 dias em que a caixa ficava em cada lugar. O objetivo ia além da divulgação, arrecadação e doação de livros, uma vez que englobava o fortalecimento dos vínculos da BC-MABF com as empresas da cidade e os seus clientes, expandindo o acesso e a ideia do lugar onde o livro pode estar.
Meu Pet na Arqueiro (2021)	Em parceria com a editora Arqueiro, a ação consistiu em mobilizar os inscritos a postarem, em suas redes sociais, uma foto do seu animal de estimação acompanhado de um livro da editora, o qual era disponibilizado pela biblioteca, utilizando a <i>hashtag</i> #meupetnaarqueiro. Ao final da ação, a biblioteca recebeu 50 kg de ração que foram doados a uma ONG de ajuda aos animais abandonados.
Desafio literário. Antologia da Gratidão: O Maior Jardim do Mundo (2021)	Em parceria com a escritora Renata Bicalho, que sempre convida a BC-MABF para ações como essa, o projeto promoveu um desafio em que o público infantil da biblioteca produziu textos em prosa, poemas e desenhos, concorrendo a vagas na antologia Gratidão: O Maior Jardim do Mundo. O concurso não era específico para a cidade de Itaberaí ou para o Estado de Goiás e contou com crianças e adolescentes do mundo inteiro.
Reciclagem: Ajuda à Comunidade (2021 - vigente)	Em parceria com uma moradora da comunidade, recicladora de papéis, plásticos e outros materiais, consiste em mobilizar o público da biblioteca para reunir materiais recicláveis, os quais, de três em três meses, são recolhidos pela parceira responsável que retira todo o material do prédio. A venda do material reciclável auxilia na renda familiar da parceira e seu filho, inclusive, é leitor inscrito e participa das ações e projetos da BC-MABF.
Indicação do Leitor (2021 - vigente)	Uma atividade constante, feita pelo <i>Instagram</i> , em que, basicamente, o leitor é convidado a fazer um comentário sobre a obra lida e a partilhar com os seguidores da BC-MABF na rede social.
Praticando a Democratização da Leitura (2022)	O projeto consistiu em doar, para as unidades escolares do município e para os povoados próximos, alguns exemplares do livro <i>Diretas Já em Goiânia</i> , do escritor Iúri Rincon Godinho. Para a execução do projeto conforme as recomendações educacionais, foi solicitado à Subsecretaria de Educação e à Secretaria Municipal de Educação a avaliação da obra e a autorização para disponibilizá-la aos acervos das bibliotecas de escolas municipais e estaduais da cidade e entorno, seguindo as etapas de comunicação, de entrega e posterior encontro com o autor, finalizando o projeto. Cabe ressaltar que houve a preocupação de destinar a obra ao público de 8º ano do Ensino Fundamental e ao do Ensino Médio, por se tratar de tema pertinente ao início da vida política do adolescente brasileiro.
Encontro com o	Ação derivada da boa aplicação do projeto <i>Praticando a Democratização da Leitura</i> , pela

Autor (2022)	qual a administração da BC-MABF promoveu um encontro com a escritora Fabíola Evangelista, autora do livro <i>Catita, uma gatinha incrível</i> , voltado ao público infantil. No encontro houve contação de histórias e um momento para a produção artística literária das crianças, a partir do livro em tela na ação.
-----------------	--

Fonte: Dados colhidos em agosto de 2022 e tabulados pelos autores.

Uma das questões postas para a administração da BC-MABF foi sobre o conhecimento da obra de Rildo Cosson (2009), bem como de outras obras relacionadas no referencial teórico, cuja resposta, em todos os casos, foi negativa. Entretanto, percebe-se que, mesmo sem o conhecimento de *Letramento Literário*, ou mesmo sem conhecer as noções de letramento, de evento de letramento, de agência de letramento, as práticas da administração da BC-MABF estão minimamente alinhadas às oficinas de letramento literário propostas no livro de Cosson (2009), algumas parecendo segui-las à risca e outras parecendo adaptações, uma vez que o pesquisador trata majoritariamente de práticas em sala de aula.

Por exemplo, a *Indicação do Leitor* se assemelha aos “diários” propostos por Cosson (2009, p. 133), para que o leitor externalize e partilhe a compreensão do que foi lido. Tal ação corrobora a familiarização com o repertório de textos, pois, segundo Marisa Lajolo (2018, p. 159), “os textos se enredam mutuamente porque constituem uma rede, porque um remete a outro, que remete a outro, que remete a outro”. Assim, fica patente a importância das redes sociais para compor e suportar o campo da intertextualidade e da hipertextualidade, presentes na linguagem.

Algo parecido com o “varal poético” (COSSON, 2009, p. 133) também é feito, sempre que o público deixa desenhos ou pinturas. A “pesquisa de opinião” (COSSON, 2009, p. 132), apesar de não sistematizada como na proposta, é fundamental para que o gosto e preferências dos leitores sejam levados em consideração na BC-MABF. As “ilustrações” (COSSON, 2009, p. 135) são incentivadas desde a primeira infância. O *Encontro com o Autor* possibilita a expansão dos horizontes do público leitor, permitindo compreender o ofício do escritor.

Sem contar com incentivos do poder público e estando no interior, a BC-MABF se desdobra para trazer os escritores até Itaberaí (GO), seja presencialmente ou mesmo através

das tecnologias digitais. Estabelecer laços com escritores goianos – e de outras regiões e estados – é de suma importância para a construção de uma rede de contatos, que seja capaz de extrapolar os limites do município e de formar uma comunidade leitora que se enxergue amplamente, assim como é fundamental para trazer visibilidade às iniciativas da biblioteca.

Talvez tudo isto ocorra porque a funcionária do local está cursando biblioteconomia e a voluntária da família participa de diversos cursos, palestras e eventos relacionados à leitura, à literatura e ao funcionamento de bibliotecas, extraindo tudo que possa ser útil. Além disto, há sempre a presença e a atuação de pedagogos no local, devido às frequentes visitas escolares realizadas. Aparentemente, apesar de não haver uma consciência teórica das questões de letramento, há o uso de conhecimento prático sobre os diferentes níveis de letramento, sobre a importância da leitura e sobre a literatura como um direito incompressível, conhecimento prático que permeia as ações da Biblioteca Comunitária Maria Augusta Barbosa Fonseca.

Os dados também permitem refletir que, em uma agência de letramento, atua um agente de letramento, o qual

[...] é um agente social e, como tal é conhecedor dos meios, fraquezas e forças dos membros do grupo e de suas práticas locais, mobilizador de seus saberes e experiências, seus “modos de fazer” (inclusive o uso das lideranças dentro do grupo), para realizar as atividades visadas: ir e vir, localizar, arrecadar, brincar, jogar, pesquisar. (KLEIMAN, 2006, p. 87)

Assim, na BC-MABF, tomada como uma agência de letramento, os agentes distribuem as funções e tarefas, visando realizar o melhor possível as tarefas. O fundador é o responsável pela aquisição de novas obras e pela manutenção do espaço, buscando melhor atender as necessidades dos leitores. A voluntária organiza os eventos, as visitas, coleta dados dos livros mais solicitados pela comunidade e administra o perfil de *Instagram* da biblioteca, bem como atua diretamente na mediação de leitura, na divulgação, nos projetos, nas leituras pessoais e nas indicações. A bibliotecária é quem passa a maior parte do tempo no ambiente físico, sendo responsável por abrir e fechar o local, receber os visitantes, realizar os cadastros, lançar os empréstimos e devoluções das obras, além de receber, listar, catalogar e organizar o acervo de livros.

Em se tratando da seleção e da aquisição do acervo, cabe destacar que a curadoria é baseada nos interesses da administração, juntamente às demandas dos cadastrados. Isto leva a pensar no que escreve Rildo Cosson (2009), que os livros são etiquetados – marcados por traços sociais – desde o início e chegam até o leitor depois de passar por um processo de seleção. Sempre que se escolhe um livro, em uma biblioteca ou em uma livraria, é preciso pensar que ele foi escolhido antes para compor aquele espaço, seja por prestígio social dos autores, seja pela quantidade de exemplares vendidos, seja por interesses econômicos, ideológicos e/ou tantos outros fatores que fazem parte dos recortes de seleção.

Na escola, sob o domínio do letramento escolar, costuma-se escolher textos que serão utilizados para estudos gramaticais, para exame da fluência da leitura, bem como para a disseminação de valores morais e, por óbvio, para a difusão da cultura nacional. Mas como selecionar textos capazes de suprir as necessidades curriculares e as pessoais dos leitores? Não havendo uma fórmula para isso, Rildo Cosson (2009) sugere seguir três critérios de seleção, visando contemplar a qualidade em detrimento da quantidade de textos. São eles: 1) o cânone enquanto identidade de uma nação; 2) a diversidade de textos e 3) a atualidade das questões abordadas (não importando a data de publicação e sim a relevância do que é abordado).

Nos momentos de visitas da comunidade leitora, a biblioteconomista afirma deixar o leitor livre para percorrer todo o espaço, para ver todas as prateleiras, para folhear e cheirar todos os livros, para que assim haja, de fato, um interesse genuíno na escolha da obra a ser lida. Durante o processo, estimulam-se as interações literárias, sejam indicações, expressões de opiniões e/ou a partilha de leituras anteriores e futuras. Contudo, por se tratar de um evento de letramento diferente do escolar, não há nenhum tipo de orientação estrita, de acompanhamento ou de verificação das leituras, cabendo ao leitor a responsabilidade pela escolha e usufruto do livro, dentro do parâmetro de seleção e aquisição de obras da BC-MABF.

A Biblioteca Comunitária Maria Augusta Barbosa Fonseca, assim como a Biblioteca Municipal Eva Vieira de Almeida e as bibliotecas escolares de Itaberaí (GO), não possui nenhum tipo de acervo digital. Em parte, isto se deve à necessidade de construir e fortalecer

vínculos com a comunidade local, incentivando o uso de livros físicos. Outro fator é a montagem paulatina do espaço presencial da BC-MABF, que demanda esforços e retira o sentido de trabalhar em dois espaços – físico e digital – concomitantemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato reflexivo sobre a situação das bibliotecas de Itaberaí (GO), vistas como agências de letramento – de um letramento que pode ser um ponto de fuga frente ao letramento escolar, o qual didatiza excessivamente a linguagem e pedagogiza as práticas reais de leitura e escrita –, tenta demonstrar que o município goiano conta somente com uma agência efetiva de letramento literário, com uma atuação social expressiva, com vistas à formação de uma comunidade leitora.

Entretanto, para além desta demonstração, acredita-se que, a partir deste trabalho, do diálogo teórico instaurado, a Biblioteca Comunitária Maria Augusta Barbosa Fonseca terá uma base teórica inicial, capaz de possibilitar a ampliação de seus horizontes de atuação, capaz de gerar novos eventos de letramento articulados às necessidades da comunidade, capaz de levar as suas práticas de letramento cada vez mais para a perspectiva ideológica de letramento, em que se tenta “ver as práticas letradas como inexoravelmente ligadas a estruturas culturais e de poder em uma dada sociedade” (STREET, 2014, p. 172).

Conforme explica Brian Street (2014), não se trata de opor os aspectos técnicos – aqueles que são independentes de contexto social – do letramento aos seus aspectos culturais ou históricos, pois o modelo ideológico de compreensão do letramento

[...] não tenta negar a habilidade técnica ou os aspectos cognitivos da leitura e da escrita, mas sim entendê-los como encapsulados em todos culturais e em estruturas de poder. Nesse sentido, o modelo ideológico subsume, mais do que exclui, o trabalho empreendido dentro do modelo autônomo. (p. 172)

O que significaria esperar que a BC-MABF percebesse seus eventos e suas práticas de letramento literário para além do letramento escolar, para além de funções de complementação de estudo, para além de desideratos idealizados de ampliação de conhecimento, para além do modelo autônomo de letramento. O direito à leitura e à

literatura, em uma sociedade da contemporaneidade como a brasileira, precisar andar *pari passu* com a compreensão dos todos culturais e das estruturas de poder que emolduram as próprias leitura e literatura.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários Escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2011.

COSSON, . **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2009.

DURÃO, F. A. **Metodologia de pesquisa em literatura**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil: 5º edição**. 2020. Disponível em: <<https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

HEATH, S. B. **Ways with words: language, life and work in communities and classrooms**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KLEIMAN, Â. B. Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. In: CORRÊA, M.; BOCH, F. (orgs.) **Ensino de língua: letramento e representações**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

LAJOLO, M. **Literatura ontem, hoje, amanhã**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Tipos de biblioteca**. Online, 25/02/2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1/tipos-de-bibliotecas>>. Acesso em 09/03/2023.

PETIT, M. **Ler o mundo: Experiências de transmissão cultural nos dias de hoje**. 1º Ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS – RNBC. **A RNBC**. Online, 2020. Disponível em: <<https://rnbc.org.br/a-rnbc/>>. Acesso em: 19/10/2022.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS – SNBPO. **Informações das bibliotecas públicas**. Online, s/d. Disponível em: <<http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>>. Acesso em: 19/10/2022.

SILVA, D. C. da; CASELLA, C. A. de O.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SOBRE OS AUTORES

Debora Cézar da Silva é graduada em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Cora Coralina), tendo sido bolsista PIBID, integrante do Centro Acadêmico Caflisca e participado de atividades culturais dentro e fora da instituição. Atualmente desenvolve suas atividades em Itaberaí, Goiás, onde leciona literatura no Centro de Ensino Acolher, cursa pedagogia no Instituto Federal de Goiás (IFG) e atua como mentora educacional no Espaço Aprender. É fundadora do Clube de Leitura Sede Literária e criadora do projeto Colorir a Vida, que incentiva o hábito da leitura desde a infância.

Cesar Augusto de Oliveira Casella é professor efetivo de Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Cora Coralina) e cursa doutorado em Estudos da Literatura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGL/UERJ). É mestre em Linguística Aplicada e graduado em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp). Pesquisa e trata o texto literário e a recepção crítica da literatura a partir de abordagens discursivas, vindas da Análise do Discurso, e trabalha com a leitura de literatura dentro do enfoque do letramento social.